

Etnografia e subjetividade na pesquisa antropológica²⁴

ELISETE SCHWADE (UFRN)

24 Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada no seminário Trajetórias Antropológicas: reflexões sobre a obra de Gilberto Velho, realizado na Universidade de Brasília, em 22 de maio de 2014.

Entre os muitos ensinamentos deixados por Gilberto Velho, destaca-se a reflexão sobre a pesquisa antropológica, de modo especial as interpelações presentes em situações nas quais o pesquisador é parte do universo social que é pesquisado/objeto da pesquisa. Nesse sentido, em muitas das reflexões desenvolvidas por este autor, desde o texto clássico e amplamente conhecido *Observando o familiar* (VELHO, 1978), tem-se destacado as implicações do exercício do *estranhamento* em se tratando de experiências de pesquisa próximas e cotidianas. A sua obra *A utopia urbana* (VELHO, 1989) inaugura essa abordagem, identificando as diferenças entre moradores de um prédio de conjugados de Copacabana. A partir dessa pesquisa, o autor passa a ser referência obrigatória para os estudos de Antropologia Urbana.

Meu objetivo, nesse texto, é a reflexão sobre a *subjetividade no processo de interlocução* construído na pesquisa antropológica. Sobretudo no desafio de observar, descrever, registrar e textualizar esse processo de interlocução na construção da etnografia. Trata-se de expandir os ensinamentos de Gilberto Velho a partir de sua própria obra, com ênfase nos desdobramentos da subjetividade para além das preocupações decorrentes da partilha de universos e do familiar com o objeto. O acúmulo de reflexões nesse campo permite problematizar posições sociais em diálogo nas diferentes etapas da etnografia, da interlocução na pesquisa à textualização.

Na reflexão sobre a *subjetividade*, torna-se imperativo incorporar os marcadores sociais da diferença – classe, gênero, raça, geração e diversos pertencimentos – que se evidenciam nos encontros intersubjetivos inerentes à realização da etnografia. Para tanto, trarei inicialmente algumas reflexões sobre subjetividade e, em seguida, faço a referência a diferentes interlocuções de minhas pesquisas envolvendo assentamentos rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No final, lanço algumas perguntas sobre a subjetividade na pesquisa e na produção de etnografias que situam a interlocução em contextos de desigualdades econômicas e sociais.

A questão central do texto na pesquisa antropológica é refletir sobre contextos e relações de poder. Para isso é necessário pensar a *posição social* do pesquisador e as relações de poder, sobretudo em uma sociedade desigual, como é o caso da sociedade brasileira.

Nas últimas décadas a produção antropológica volta para a reflexão sobre a subjetividade teve um incremento significativo, sob vários pontos de vista, com ênfase na *condição situada* da produção do conhecimento antropológico. A elucidação do diálogo produzido no processo de realização da etnografia tornou-se reconhecida como necessidade, revelando características que definem a prática da pesquisa na Antropologia, como o distanciamento sempre necessário, mesmo em pesquisas no interior do grupo a que pertencem os pesquisadores. Não obstante, é importante enfatizar que, como já ressaltava Zaluar (1986) há algumas décadas, o pesquisador, mesmo próximo ou íntimo, continua sendo *o outro*. Sendo assim, cabe perguntar: é possível atenuar a relação de poder e proporcionar uma etnografia mais participativa?

SUBJETIVIDADES

Gilberto Velho recupera as ponderações de Simmel acerca da cultura objetiva e cultura subjetiva e assinala

que “[...] a subjetividade, o interno, é fabricada pela relação com o externo” (VELHO, 1986, p. 21). Ou seja, é na *relação* que se evidenciam aspectos do diálogo intersubjetivo. Tal assertiva implica pensar que a subjetividade não está dada, definida a priori, mas que se explicita no contato, na efetivação de trocas, em que se evidenciam posições e referências culturais dos envolvidos.

Dentre as muitas e inestimáveis contribuições de Gilberto Velho para a reflexão da pesquisa antropológica, especialmente no que diz respeito à singularidade do método, temos o ponto de partida amplamente conhecido do desafio da proximidade, reconhecido como *estranhamento daquilo que é familiar*. Na obra *Subjetividade e sociedade* (1986) Gilberto Velho tematiza a pesquisa como *processo de autoconhecimento*, reflexão associada aos temas e condições em que desenvolvia suas pesquisas, experiências partilhadas que faziam com que, por meio da prática da pesquisa antropológica, estivesse ampliando o conhecimento sobre sua própria sociedade. Não obstante, esse é um conhecimento teórico e metodologicamente *situado*, desde que se trata da textualização de uma *interação*, como assinala o autor em uma entrevista:²⁵ “A etnografia está descrevendo a interação

25 Entrevista concedida em 2001 a Celso Castro, Lucia Lippe Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira, para a revista Estudos Históricos, publicada no livro *Um antropólogo na cidade* (VELHO, 2013).

– segundo certas regras, segundo certos princípios –, mas sempre a interação, o encontro das pessoas no seu dia a dia, no seu cotidiano (VELHO, 2013, p. 172). Assinala ainda, em outro texto:

Quando elegi a minha própria sociedade como objeto de pesquisa, fatalmente assumi que a minha subjetividade deveria ser, permanentemente, não só levada em consideração, mas incorporada ao processo de conhecimentos desencadeado [...] deveria tentar não escamotear a sua interferência, mas aprender a lidar com ela (VELHO, 1986, p. 18).

Tais formulações de Gilberto Velho continuam atuais e são constantemente lembradas em inúmeras reflexões sobre os processos de pesquisa, tornando-se cada vez mais parte da construção do pensamento antropológico²⁶. São formulações que fazem pensar sobre a experiên-

26 A reflexão sobre a subjetividade na pesquisa antropológica faz parte de todos os projetos e reflexões desenvolvidas pelo Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade (NIGS/UFSC), coordenado por Miriam Grossi e do qual faço parte desde 1992. Em um projeto desenvolvido de 1990 a 1992, tais questões compuseram a produção de artigos sobre a experiência do trabalho de campo (GROSSI, 1992), bem como relatos em seminários e eventos do PPGAS/UFSC, programa ao qual o NIGS está vinculado. Como desdobramento, a reflexão passou a incorporar efetivamente a dimensão do gênero, o

cia subjetiva na sua relação com o processo de pesquisa, desde as interlocuções em campo, os registros em diários, até a construção da etnografia. Assim, se a referência ao processo de pesquisa de certa forma se situa como inerente ao processo de observação participante, com relatos de conflitos e contextos de interlocuções nas introduções de monografias²⁷, em períodos mais recentes é o próprio “mergulho na subjetividade” que passa a fazer parte da reflexão, apresentando-se efetivamente como dado de pesquisa. Nesse sentido, a referência à subjetividade resulta ampliada e passa a incorporar questões relacionadas ao gênero, sexualidade, posição social e outros marcadores sociais da diferença, contrastados com a *posição* do pesquisador, os quais resultam indagados no decorrer do exercício da pesquisa, pois “[...] na busca do outro encontra-se a si mesmo” (GROSSI, 1992).

Assumindo a subjetividade como inerente à pesquisa, passo a falar agora de um contexto específico de inter-

que resultou na organização de Grupos de Trabalho em diferentes eventos (nas Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia, RBA/2004; RBA/2006; RBA 2008; RBA 2012; e também da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS 2011 e 2012).

27 Por exemplo, referências já clássicas, para além da introdução de Malinowski nos *Argonautas* (1978), a introdução de Evans-Pritchard nos *Nuer* (1978); e as reflexões de Foote Whyte (1975) sobre a observação participante, entre outras.

locações envolvendo a militância. Minhas indagações acerca da subjetividade remetem a pesquisas com movimentos sociais, mais especificamente com o MST, com enfoque na construção do projeto político desse movimento e das trajetórias militantes.

Nos desafios de descrever as interações das quais o antropólogo também faz parte, procuro problematizar o envolvimento subjetivo nos seus vínculos em *etnografias de participação*²⁸, o que é frequente em pesquisas realizadas com/em movimentos sociais: como se processam os diálogos, como são transcritos para etnografia, em se tratando de análises construídas sobre e por meio da militância? Cabe destacar os diferentes sentidos assumidos pela militância que, não obstante se situe como uma espécie de autorização para construir a interlocução, no processo da pesquisa e por meio do contraste reposiciona os envolvidos e instiga a refletir sobre as diferenças e relações de poder. Uma abordagem do cotidiano das relações de militância, onde se efetiva a interação. Como nos diz Gilberto Velho, “[...] o que é a interação senão uma relação entre indivíduos que são diferentes uns dos outros?” (VELHO, 2013, p. 176).

28 Trata-se aqui de uma referência ao livro organizado por Claudia Fonseca e Jurema Brites (FONSECA; BRITES, 2006), com reflexões fundamentais sobre pesquisas realizadas em contextos de interlocução envolvendo a *participação*, conforme retomarei no decorrer desse texto.

Nas minhas pesquisas sobre MST e assentamentos rurais, a militância está presente como uma questão recorrente, em diferentes contextos e com múltiplos desdobramentos. Em um primeiro momento, o tema da pesquisa envolveu a relação de um grupo de militantes com o projeto político-religioso (SCHWADE, 1993) e, mais recentemente, os *campos de possibilidades, trajetórias e projetos individuais*, sobretudo de jovens e mulheres militantes (SCHWADE, 2010; 2013).

A pesquisa que realizei entre 1989 e 1993 foi a minha primeira experiência de uma pesquisa antropológica, com algum exercício da autonomia de decisões em campo. Desde os primeiros movimentos, ainda no processo de aproximação com os espaços que iria etnografar – assentamentos –, as dimensões do encontro intersubjetivo sinalizaram de imediato a necessidade de refletir sobre a dimensão do poder. Falei sobre essa relação e as angústias decorrentes em um artigo que chamei de *Poder do sujeito, poder do objeto* (SCHWADE, 1992). Inspirada na reflexão sobre a subjetividade inerente à pesquisa e produzida na relação estabelecida, colocou-se a necessidade de refletir sobre relações de poder vinculadas ao proces-

so de interlocução²⁹, considerando a pesquisa como relação (social) entre sujeitos. Uma interação permeada por posicionamentos, disputas, vínculos políticos, poder como exercício, prática, que circula (FOUCAULT, 1984), que se evidenciou na necessidade de um longo processo de negociação e partilha para que eu chegasse ao assentamento. Um percurso de reconhecimento mútuo, onde a confirmação recorrente de referências que de algum modo apontavam o meu engajamento militante foram fundamentais. Nesse processo se deu o meu reconhecimento e certa autorização para a realização da pesquisa.

Na chegada ao assentamento esse exercício exigiu uma negociação constante. Em um momento em que o MST vivia um processo intenso de construção de sua organização política, e um contexto muito tenso de enfrentamento político em todos os espaços de atuação, estar em um assentamento onde residiam muitos militantes me colocou em uma situação onde eu era constantemente questionada. Uma interlocução marcada pelas orientações de todos os movimentos, dos meus contatos fora do

29 Cabe destacar que, nesse artigo – datado –, eu fazia referência aos residentes no assentamento como informantes. As alterações processadas até o uso de *interlocutores* evidentemente são parte de um aprofundamento da reflexão sobre a pesquisa antropológica, com a consequente desconstrução da posição do antropólogo e dos grupos contatados. Ver, a esse respeito, entre outros, Cardoso de Oliveira (2000).

assentamento, mas também sobre outros pertencimentos, tais como as minhas relações familiares, que eram conhecidas por alguns dos meus interlocutores. Importante sublinhar que minha pesquisa foi realizada em um assentamento considerado modelo pelo MST até hoje e no qual residem muitos militantes que assumiram e assumem importantes posições como dirigentes políticos reconhecidos nacionalmente.

Na escrita sobre esse processo, após a intensidade daquela interlocução, eu estava fortemente impactada pela necessidade da vigilância, por um cuidado (às vezes excessivo?) do que deveria escrever, como escrever, quem citar. Garantir o anonimato, usando nomes fictícios, bem lembra Fonseca (2010), raras vezes é suficiente. E, ainda, foi necessário um tratamento cuidadoso de muitos dados da pesquisa; tive que lidar com um conflito recorrente em que se mesclavam a minha simpatia pelo MST e pelo projeto político do grupo com os questionamentos oriundos da interlocução na pesquisa, em contextos de *participação*. E aqui é importante abrir um parêntesis sobre a relação *etnografia e participação*.

Recorro à já citada coletânea, *Etnografias da participação* (2006), organizada por Claudia Fonseca e Jurema Brites. Poderíamos referir que a etnografia é sempre participativa, desde que requer a presença do etnógrafo num sentido stricto, ou seja, em profundidade que

permita uma *descrição viva*, como queria Malinowski, substituída por uma *descrição densa* na acepção contemporânea, desde Clifford Geertz (1978). De todo modo, a efetivação da etnografia requer um processo de interlocução que supõe uma aproximação singular, que revela *participação*. Mas em se tratando da etnografia da participação política são construídas interlocuções que envolvem sujeitos de setores populares organizados e forças que atuam no nível macro (FONSECA; BRITES, 2006, p. 8). Nesse sentido, *participamos* e interagimos em contextos nos quais, conforme apontam as organizadoras citadas em referência ao texto sobre a marcha do MST, há necessidade de pensar “[...] o que da pesquisa etnográfica pode ser revelado quando sabemos que nem tudo o que registramos é favorável à boa imagem do grupo investigado” (CHAVES, 2006, p. 9).

Portanto, os sentidos da *participação* se ampliam na prática da etnografia, supõem reconhecimento, partilha, troca, reposicionamento e desafiam a forma como essa experiência (subjéctiva) é incorporada na textualização. É no texto que nos tornamos efetivamente implicados, sendo necessário reconhecer os posicionamentos. E aqui cabe fazer nova referência a um texto de Chaves (2006) sobre o MST – *A marcha dos sem-terra*, no qual a autora fala dos conflitos relacionados à dinâmica do ocultar e desnudar, dos limites do consentido, do dito, do oculto.

Muitas dessas questões, presentes desde os meus primeiros escritos, eu só consegui elaborar (subjetivamente) mais de 10 anos depois em uma espécie de (re) encontro com o MST, em outro espaço de interlocução – outras *posições* –, na relação professora/estudantes em um curso de Antropologia para a graduação chamado Pedagogia da Terra³⁰. As condições de realização do curso, intensivo e em um local em processo de organização (um campus da UFRN que estava desativado), já no primeiro momento trouxeram a lembrança da situação de assentamento. O controle da circulação dos estudantes, do tempo a ser dedicado para cada atividade, as 40 horas de aula em uma semana de modo intensivo significaram uma espécie de retorno ao trabalho de campo no assentamento. Todas as atividades organizadas e cronometradas. Continuei acompanhando esse curso durante quatro anos, inclusive com orientação de trabalhos de conclusão de curso, sobretudo com enfoque nos temas da juventude e gênero.

Esse novo espaço de interlocução me *posicionou* para um olhar sobre o MST não mais a partir das relações do cotidiano de um assentamento, mas de um lu-

30 Curso PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária – direcionado para militantes do MST e residentes em assentamentos rurais, convênio entre o MST, INCRA e UFRN.

gar que esse movimento social ocupa na cena política brasileira e internacional, na discussão da educação, da condição de jovens rurais, da política de produção agrícola, da diversidade, participação das mulheres, entre outros aspectos³¹. Esse diálogo revelou um Movimento Social de grande alcance, com repercussões múltiplas no interior da sociedade em que se encontra inserido. Um avanço significativo da organização política inicial, com o objetivo de acesso à terra para um projeto de transformação social.

Voltei, então, à pesquisa no *local*. A realização de etnografias em assentamentos no RN e o retorno para aquele onde havia realizado pesquisa em 1990 em SC levou-me a percepção dos assentamentos como *locais* que dialogam constantemente com espaços exteriores. Tais diálogos são reveladores de múltiplas *trajetórias* e *campos de possibilidades* levados a efeito pela construção da militância. Ampliou-se, então, minha perspectiva inicial de camponeses que tiveram acesso à terra e permitiu ver a construção do sujeito militante: um *projeto individual* dentro de um *campo de possibilidades*.

Continuei minha pesquisa com enfoque, sobretudo, nas trajetórias de mulheres: militantes que migram – do Sul para o Nordeste, por exemplo, processos de organização política das quais elas participam, suas ações na

31 Ver Schwade (2014); Schwade e Paiva (2014).

produção, entre outros, sempre focalizando os diálogos das realidades locais com espaços, grupos e instituições externas. A militância passou a se situar como construção dos sujeitos nos processos, onde fui percebendo recorrências, por meio da etnografia de eventos, do acompanhamento dos militantes em diferentes contextos

Quais são as questões da subjetividade na pesquisa nesse novo contexto? Gilberto Velho nos diz que “[...] na sociedade complexa, particularmente, a coexistência de diferentes mundos constitui a sua própria dinâmica” (VELHO, 1994, p.27). As novas interlocuções do meu processo de pesquisa suscitaram *reposicionamentos* na etnografia em múltiplas situações, etnografando grandes eventos (Encontro do Movimento de Mulheres Camponesas, da Marcha Mundial de Mulheres, Congresso MST); espaços de formação (escolarização e formação política); e a realidade nos assentamentos, onde é possível perceber a atuação das mulheres e jovens no cotidiano.

Nesse processo, destaco a importância do *local* para a compreensão da relação com processos mais amplos. *Local* que não denota singularidade, mas espaço de *conexões* com ações em outros contextos. Isso trouxe novas questões para a reflexão. A título de exemplo, indicou uma diferença enorme quando as trajetórias militantes, de jovens e mulheres, podem ser vistas sob múltiplas

perspectivas. Um exemplo é a ênfase que a questão da juventude e do gênero recebeu no último congresso do MST³², no qual se enfatizou os assentamentos como locais de resistência.

As interlocuções nesses diferentes contextos trazem também algumas questões sobre movimentos sociais e diálogos com a atividade acadêmica. Essa relação, que tem se intensificado, inclusive em virtude do ingresso de muitos militantes em cursos de graduação e pós-graduação, traz novas questões para a agenda do trabalho acadêmico, somando-se, em períodos recentes, ao crescimento da ênfase nas atividades de extensão. São ações que resultam na vivência de situações de interlocução que envolvem intervenções – mas que não são propriamente situações de pesquisa, como é o caso das atividades de extensão mencionadas, tais como o curso Pedagogia da Terra e outros. Atividades que nos colocam novos desafios para *lidar com a presença da subjetividade*. Interações, mediações, “trabalhar nas margens”, nos fluxos. Portanto, novas questões para nossas *posições* e trocas subjetivas, em contextos de participação, ora de partilha, ora de contraste entre *mundos sociais*.

Gostaria de retomar agora algumas de minhas indagações iniciais, sobre a posição do pesquisador no cam-

32 Congresso realizado em 2012, em Brasília. Ver Schwade e Paiva (2014).

po e no texto. E essa retomada se deve ao fato de muitas das questões, não obstante as diferentes possibilidades de interlocução com o MST, permanecerem como interrogações difíceis e angustiantes.

Penso que, em se tratando da pesquisa sobre militância, a circularidade e o exercício do poder nos colocam em posicionamentos atrelados à dinâmica das organizações e grupos de pertencimento dos militantes, onde partilhamos os *momentos* vivenciados por tais movimentos e que nos reposicionam constantemente nos diálogos e interações subjetivas. Assim, no Congresso do MST em 2014, já citado, eu fiz parte do grupo dos *professores universitários*. O contraste fica evidente e, não obstante a presença da subjetividade esteja assumida, o pesquisador ainda é o outro, não pertence àquele mundo e fala a partir do lado de cá.

A questão que, embora já amplamente mencionada, continua pertinente é: como incorporar esse pertencimento a *mundos diferentes* à reflexão sobre esses contextos, como dado de pesquisa, na etnografia?

Lembro aqui, mais uma vez, das importantes contribuições de Claudia Fonseca que, com uma longa trajetória de pesquisa com grupos populares urbanos, traz reflexões cruciais para a questão da subjetividade na pesquisa antropológica, de modo especial em contextos de desigualdade. Quero me referir especialmente ao

já citado texto (FONSECA, 2006), em que argumenta a quase inexistência de análises antropológicas no recorte de classe, ou de pesquisas, como nos diz a autora, que enfatizem as escalas inferiores da sociedade de classe. A ênfase em um olhar *de baixo para cima* como parte da premissa antropológica supõe construir análises sobre os grupos que se distanciam da perspectiva do impacto da sociedade dominante sobre esses mesmos grupos. Fonseca localiza um desafio, ainda não totalmente enfrentado, de pensar esses grupos a partir de seus próprios termos, na contribuição singular que a pesquisa etnográfica traz para a compreensão das sociedades contemporâneas: “[...] a tentativa de entender outros modos de vida usando a subjetividade do pesquisador e sua confrontação com o ‘diferente’ como instrumento principal do conhecimento” (FONSECA, 2006, p. 13). A autora classifica como *recusa* etnográfica (remetendo a Sherry Ortner) o ato ou a tentativa de descrever esses grupos a partir de conceitos preestabelecidos formulados antes ou sem pesquisa de campo. A reflexão de Claudia Fonseca faz pensar nos limites e possibilidades do encontro intersubjetivo, dada a posição *sempre relacional* em que esse encontro acontece. Penso no pertencimento de classe de pesquisador e pesquisado como algo que deve ser enfrentado para a compreensão *do outro nos seus próprios termos*. É nesse sentido que nos alerta para

alguns riscos em se tratando de pesquisas, por exemplo as registradas com grupos de baixa renda, nas quais se identifica com frequência atitudes que incorporam um pré-julgamento acerca desses grupos, que empobrecem a pesquisa e inibem possibilidades de uma textualização de tais experiências *nos seus próprios termos*.

Portanto, eu gostaria de concluir essa reflexão, reforçando a necessidade de incorporar, na discussão sobre a subjetividade na pesquisa antropológica, para além dos marcadores sociais da diferença, as posições de poder que incluem os sujeitos do processo de interlocução (pesquisadores e pesquisados) em *mundos sociais* não somente diferentes, mas desiguais. Nesse sentido é que um dos últimos textos publicados por Gilberto Velho (2012), embora portador da mesma sinceridade e de uma posição assumida pelo autor em todas as suas produções, nos provoca a pensar algumas questões. Refiro-me ao texto *O patrão e as empregadas* (VELHO, 2012), o qual nos coloca a interrogação sobre os limites e possibilidades de um olhar sobre outros mundos quando a referência subjetiva é o nosso mundo. Nesse texto Gilberto Velho fala da condição de empregadas vista a partir da convivência na sua casa – do patrão. Reforço, ainda que tenha reiterado explicitamente e assumido que se trata de uma leitura a partir da convivência na sua casa, o resultado, a textualização, que nos interroga sobre desi-

gualdades presentes nessas relações, para além das partilhas e interações.

E assim retomo a minha questão inicial sobre os desafios do texto etnográfico. No processo de textualização, fica evidente uma relação e poder que já foi alvo de várias reflexões sobre a etnografia desde os anos 80 e 90 do século 20, reverberando em coletâneas tais como *Writing Culture* (CLIFFORD; MARCUS, 1986), entre outras. Naqueles textos, a preocupação era com as relações de poder, sobretudo nos resultados, na etnografia, na textualização. Mas tal reflexão, ampliada para todas as etapas da interlocução na pesquisa, abriu as possibilidades de aprofundar a discussão sobre a etnografia, de modo especial na transversalidade da dimensão do poder. No caso da minha pesquisa com o MST, se a princípio o foco de questionamentos parecia se concentrar nas possibilidades efetivas de aceitação e reconhecimento de *autoridade* na etnografia, os sucessivos reencontros com esse sujeito coletivo organizado politicamente me permitiram perceber a complexidade do que num primeiro momento eu identifiquei como moeda de troca principal: a militância. Foi também esse reencontro em espaços exteriores ao assentamento que ampliou a perspectiva e indicou a necessidade de compreender a militância em fluxos, processos, novas diferenciações e múltiplas transformações.

Não obstante, embora pesquisas de longa duração permitam refletir sobre as particularidades de determinado grupo em seus contextos, pode-se afirmar que a relação de poder inerente à etnografia encontra outros respaldos – inclusive aquele do pertencimento do pesquisador. Quais são as possibilidades de assumir a interferência do nosso lugar de fala, como bem elucidada no texto *O patrão e as empregadas* (VELHO, 2012)³³? Como incorporar as diferentes posições de classe? Como minimizar pré-noções, que se transformam em atitudes que dificultam a efetiva compreensão do *outro nos seus próprios termos*, sem correr o risco de reificação do objeto e de uma análise a partir da sociedade dominante, frequente na abordagem de grupos populares urbanos, conforme nos indica Fonseca?

É nesse sentido que uma reflexão sobre a etnografia exige o reconhecimento de marcadores sociais da

33 O texto de Gilberto Velho certamente mereceria uma análise mais detida, tendo em vista as reações que tem provocado quando da sua leitura em sala de aula. Tais questionamentos indagam sobretudo *o lugar da fala*, a partir do qual textualiza as suas relações – de patrão – com empregadas domésticas. Se o texto traz elementos da heterogeneidade do universo das trabalhadoras, que se explicitam nas relações estabelecidas no emprego doméstico, carrega a marca dessa leitura feita a partir de experiências que se restringem ao universo do patrão, à sua casa, ao seu cotidiano.

diferença (de classe, raça, gênero, orientação sexual, pertencimento religioso, entre outros) em efetiva *interação*, cumprindo o objetivo da pesquisa tal qual formulado por Gilberto Velho: aprendendo a lidar com a interferência da subjetividade na pesquisa-diálogo que tem como temática central a do *sujeito no mundo* (VELHO, 1986, p. 19).

REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: o olhar, ouvir e escrever. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000.

CHAVES, Cristine. Os limites do consentido. In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (Org.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. *Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1986.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. Introdução. In: EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (Org.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FONSECA, Claudia. Classe e recusa etnográfica. In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (Org.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: SCHUCH; VIEIRA; PETERS (Org.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. p. 205-227.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, Alba (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 77-86.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. 1.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

GROSSI, Miriam P. *Na busca do outro, encontra-se a si mesmo: trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: NIGS/UFSC, 1992.

GROSSI, Miriam P. (Org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Santa Catarina: NIGS/UFSC, 1992.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 17-33.

SCHWADE, Elisete; PAIVA, Irene A. Nas resistências: ação política, jovens e mulheres no MST e em assentamentos rurais. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 43, p. 67-84, 2014.

SCHWADE, Elisete. Poder do sujeito, poder do objeto. In: GROSSI, Miriam Pillar. *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.

SCHWADE, Elisete, *A luta não faz parte da vida... é a vida*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

SCHWADE, Elisete. Gênero e juventude em assentamentos rurais. In: SCHWADE, Elisete; VALLE, Carlos Guilherme (Org.). *Processos sociais, cultura e identidades*. São Paulo: Annablume, 2010.

SCHWADE, Elisete. Gênero e ativismo político: mulheres no MST e em assentamentos rurais. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo (Org.). *Entre lugares e mobilidades: desafios feministas*. Tubarão, Santa Catarina: Copiart, 2014. p. 229-248.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de Antropologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. O patrão e as empregadas. *Sociologia: problemas e práticas*, n. 69, 2012.

VELHO, Gilberto. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. VIANNA, Hermano; KUSCHNIR, Karina; CASTRO, Celso (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.